

A LEGITIMIDADE DO GOVERNO APÓS 1982

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 23.11.1982

Do ponto de vista do regime autoritário ainda vigente no Brasil as eleições de novembro de 1982 deveriam ser uma forma de auto-legitimação. Os casuísmos legislativos, as grandes despesas com propaganda e o populismo dos gastos sociais pré-eleitorais tinham todos o mesmo sentido. Apurada a grande maioria dos votos, a conclusão mais geral a que se chega é que esse objetivo não foi atingido. O Presidente da República, pessoalmente é preciso reconhecer a derrota de seu partido.

A avaliação serena dos resultados destas eleições é uma tarefa essencial, porque o que está em jogo não é o sabor da vitória deste ou daquele partido, deste ou daquele político, mas a legitimidade do Governo Federal no Brasil entre hoje e 1990. Se a vitória foi do Governo, o regime autoritário está legitimado, e pouco resta aos democratas senão conhecer quem será o futuro presidente da República escolhido pelos donos do poder. Se, ao contrário, o consenso final for de que a vitória é da oposição, será necessário iniciar com urgência um amplo processo de negociação política com o objetivo duplo de garantir legitimidade ao futuro Governo perante a sociedade civil e restabelecer afinal a democracia no Brasil.

Se a avaliação for realizada em termos de simples numero de governadores e senadores eleitos, a vitória será do PDS. Para isto contribuíram vários fatores: o voto vinculado e a proibição de coligações, de um lado; o poder da máquina do Estado e do coronelismo ainda vigente principalmente no interior do Nordeste, de outro. Mas será que o peso de um governador de São Paulo pode ser comparado com um de Sergipe, ou um senador de Minas Gerais com um de Rondônia (onde, aliás, o PDS elegeu três senadores)?

Já se formos verificar as eleições para a Câmara dos Deputados, a vitória é da oposição. Mas a maioria oposicionista de forma alguma espelha a efetiva vitória da oposição, devido a desproporcionalidade inaceitável das representações, com vantagem dos

pequenos estados, onde o PDS é ainda majoritário , sobre os grandes, especialmente sobre São Paulo.

Finalmente, se abandonarmos os critérios que afinal foram construídos pelo próprio regime autoritário e verificarmos o número de votos totais obtidos pelo Governo e pela oposição, verificaremos que a vantagem desta, que nas eleições de 1974 e 1978 havia alcançado cerca de 5 milhões de votos apenas nas eleições majoritárias (Senado) agora alcançará, não apenas em relação aos votos das eleições majoritárias mas também em relação aos votos das eleições proporcionais, uma vantagem próxima de 10 milhões de votos. É uma diferença imensa.

Esta diferença será ainda mais significativa se considerarmos apenas os votos conscientes das grandes e médias cidades (excluindo, portanto, o voto de cabresto que caracteriza o velho coronelismo em extinção). Considerados apenas os votos de que têm algum peso na sociedade civil, a vitória da oposição fica ainda mais insofismável.

A vitória da oposição, foi antes de mais nada uma vitória do centro democrático , no máximo do centro-esquerda democrático. Não foi uma vitória de esquerda. O único candidato socialista eleito, Leonel Brizola, é um social-democrata, um moderado que afinal conquistou os votos da classe média carioca. Franco Montoro é um democrata-cristão de centro-esquerda. Tancredo Neves, um homem de centro.

As eleições de 1982 significaram, portanto, uma vitória da sociedade civil democrática e socialmente progressista no Brasil, que não vê mais qualquer possibilidade para o autoritarismo de direita resolver os problemas econômicos e sociais do país.

Não resta, portanto, para o Governo outra alternativa senão negociar com a oposição e com a sociedade civil que ela representa. Essa negociação provavelmente passará por uma reforma constitucional, possivelmente pelas eleições diretas do presidente da República ao mesmo tempo que se estabeleça democraticamente (e não através de um golpe de Estado, como em 1961) o parlamentarismo no Brasil. O certo é que estas eleições não garantiram ao Governo legitimidade, impor à Sociedade, em 1985, um novo presidente da República.(23/11)